

Divinópolis/MG, 06 de dezembro de 2017

Sintram participa do Dia Nacional de Luta contra a reforma da previdência

Com a suspensão da greve geral marcada para esta terça-feira (5), as centrais sindicais convocaram para todo o país o Dia Nacional de Luta, que aconteceu em dezenas de cidades brasileiras. A suspensão da greve geral se deu em razão do adiamento da votação da proposta de reforma da Previdência, inicialmente marcada para esta quarta-feira (6). Em Minas Gerais, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) manteve a greve, porém o movimento de paralisação foi mais forte em Belo Horizonte, com uma manifestação na Praça da Estação e Praça Sete.

Em Divinópolis, seis sindicatos integrantes do Movimento Sindical Unificado, realizaram o Dia de Luta no quarteirão fechado da Rua São Paulo. Foram distribuídos panfletos contendo informações aos trabalhadores sobre os direitos que serão perdidos com a reforma da previdência. O dirigente sindical, professor João Madeira, participou da manifestação como representante do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram).

Segundo João Madeira, o movimento sindical continuará as manifestações e a luta contra as reformas continuará em todo o país. “Continuaremos na luta, na resistência, para que essa reforma não



seja votada, pois será um mal enorme para todos os trabalhadores, especialmente os servidores públicos. O Sintram continuará fazendo sua parte e manteremos a mobilização, para que a população e especialmente o servidor público, estejam conscientes de que o governo vai acabar com o sonho de muita gente de conseguir sua aposentadoria”, analisou João Madeira.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Durante o Dia Nacional de Luta, cerca de mil panfletos foram distribuídos à população que passou pelo quarteirão fechado da Rua São Paulo. O movimento ganhou o reforço dos servidores da Justiça Federal do Trabalho em Divinópolis. No início da tarde, os servidores da justiça trabalhista realizaram uma assembleia em frente ao Fórum do Trabalho na Rua Pernambuco. Logo depois, representantes da categoria se dirigiram à Rua São Paulo, onde se juntaram ao Dia Nacional de Luta promovido pelo Movimento Sindical Unificado.

Elimara Gaia, representante dos servidores da Justiça Federal em Divinópolis, disse que a categoria se manterá em estado de greve, até que a proposta de reforma da previdência seja colocada na pauta de votação do Congresso.

| Matéria Sintram |



Representantes da Nova Central Sindical/MG em protesto na Praça Sete

Presidente do Sintram presente na reunião da Executiva Nacional da NCST/MG em Brasília

A presidente do Sintram e secretária geral da NCST/MG, Luciana Santos, esteve em Brasília desde a última segunda-feira (04) e terça-feira (05) participando da reunião da Executiva Nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais (NCST/MG). O encontro além de discutir os futuros desafios do movimento sindical no Brasil, discute a prestação de contas do ano de 2016, e a previsão orçamentária para 2018.

Luciana Santos juntamente com o presidente da NCST/MG, Geraldo Gonçalves, e outros membros do Conselho Deliberativo da NCST/MG representaram a bancada mineira na reunião. **“Está sendo um encontro muito produtivo, onde estamos tratando da realidade de nossa instituição e dos desafios futuros que temos pela frente. Sem dúvida sairemos ainda mais fortalecidos deste encontro que reúne nossos colegas sindicalistas de todo o Brasil”**, disse a presidente Luciana Santos.

A condução do encontro nacional ficou por conta da diretora titular do Conselho Fiscal da Nova Central, Vera Lêda Ferreira. **“Fizemos algumas recomendações, levando em consideração os documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Entidade”**.

Para Braulino Sena Leite, diretor fiscal da Nova Central, a seriedade com que a NCST administra seus recursos financeiros, na condução de seus trabalhos, lhe deixa muito satisfeito com os resultados obtidos. **“A forma minuciosa como é feita esta análise orçamentária, faz com que minha confiança nesta diretoria seja plena”**, enfatizou Braulino.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central, aproveitou para dar destaque, em 2018, para a redução orçamentária que será feita, junto a aplicação das atividades futuras. Visto que a instabilidade econômica em que passa o país, afetou por ora as entidades sindicais e trabalhadores. **“Precisamos insistir na correção de distorções existentes, e com isso, nos posicionarmos dando prioridade aos gastos pontuais. Essa decisão poderá nos conduzir positivamente rumo ao futuro”**.



A Presidente do Sintram, Luciana Santos, e demais membros da bancada de Minas Gerais na reunião da executiva nacional da NCST.

Assuntos como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Déficit do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, também foram colocados em pauta. **“Quero parabenizar o Conselho Fiscal da Nova Central por sua transparência e seriedade. Esta diretoria atua junto as questões financeiras, observando atentamente todos os detalhes presentes nos orçamentos. Sendo este um dos princípios fundamentais para uma boa atuação, em que pese, o direito da classe trabalhadora, as ações de resistência e alternativas para o trabalhador e a sociedade”**, ressaltou o vice-presidente da NCST, Arthur Bueno de Camargo.

Uma das áreas de grande repercussão durante a reunião foi o desmembramento do IV Congresso Nacional da Nova Central. Neste encontro foram apresentados Eixos Temáticos e Planos de Ações

para os próximos anos. O trabalho foi transcrito em um livreto contendo todos os detalhes dos debates. Posteriormente eles serão transformados em plano de ação para o futuro. Este conteúdo foi aprovado por unanimidade, e teve como característica principal, a qualidade, e a consistência do que foi produzido ao longo do Congresso. “Mundo do Trabalho”, “Políticas Públicas”, “Sistema Político Nacional” e a “Seguridade Social”: temáticas estas que marcaram todo o processo. “Apesar das dificuldades financeiras que tivemos, realizamos nosso Congresso. Apesar de tudo, falo do bellissimo trabalho desenvolvido e formulado em nossos debates”, lembrou Geraldo Ramthun, diretor de relações internacionais da Nova Central.

“Estamos entrando numa importante etapa no conceito sindical. A Nova Central teverá, a partir de agora, seguir algumas orientações para exercer a sua atividade sindical. Com parâmetros e ações

judiciais, para assim, conseguir antecipar etapas. Mais sei que graças ao trabalho árduo dessa diretoria iremos superar essas etapas. Acredito, acima de tudo, na nossa afirmação como entidade séria e transparente”, enfatizou João Domingos Gomes, diretor de finanças da Nova Central Nacional.

O fechamento financeiro da Nova Central foi harmônico e consensuado. “Agradecemos os companheiros e toda diretoria pela consistência na execução dos trabalhos. Nunca esquecendo que trabalhamos de forma democrática, providenciando a lisura e visando resultados, apesar de ainda termos que lidar com as consequências da crise financeira do país. Conseguiremos nos manter firmes e fortes, sem deixar de executar nenhum dos nossos planos. Encerrou o presidente da Nova Central.

Matéria Sintram com informações da Nova Central Sindical

'Mapa de votos' da reforma da Previdência; tensão na base

Há uma pressão violenta do mercado para votar a reforma da Previdência. A PEC 287/16 é a única matéria que o governo ainda não conseguiu reunir maioria qualificada para aprovar no Congresso Nacional. A proposta está pronta para votação em 1º turno no plenário da Câmara. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse que entre quarta (6) e quinta-feira (7) espera saber se o governo vai ter votos para aprovar a matéria.

O movimento sindical tem resistido e denunciado as mazelas que a aprovação de tal proposta pode provocar na sociedade brasileira. E deve continuar nesse movimento, pois o governo está tentando de todas as formas aprovar a proposta, nos termos apresentados no dia 22 de novembro.

MAPA DE VOTOS

Diante deste cenário de incertezas divulgamos o “Mapa de votos” com a posição de cada parlamentar sobre o texto a ser votado, bem como sua posição na segunda denúncia sobre o prosseguimento da investigação contra o presidente Michel



Temer (PMDB), para que se tenha uma orientação de como o deputado votou anteriormente.

Acompanhe seu parlamentar por este mapa. É preciso procurá-lo para conversar sobre este tema, que é dos mais relevantes para o povo brasileiro, pois a Previdência Pública é uma grande fonte de distribuição de renda direta para o povo, sobretudo os mais humildes.

*Na projeção, o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) estava como indeciso. A assessoria do mesmo nos informou que ele é contra. Assim, corrigimos a informação.

Fonte: Diap

Eunício nega que tenha prometido a Temer votar reforma da Previdência este ano

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou nesta terça-feira (5) que tenha garantido ao presidente Michel Temer que colocaria em votação a reforma da Previdência antes do fim do ano caso ela fosse aprovada pela Câmara dos Deputados. A informação foi veiculada na imprensa no início desta semana e, segundo Eunício, é improcedente.

Eunício falou à imprensa após retornar de um almoço oferecido por Temer ao presidente da Bolívia, Evo Morales, no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores. Segundo Eunício, este foi o primeiro contato que teve com o presidente da República desde a semana passada.

- Eu não prometi isso ao presidente. Eu não estava em nenhuma reunião; fui para o Ceará na quinta-feira e voltei ontem [segunda-feira]. Falei com o presidente agora, no almoço do Evo Morales. Não houve nenhum tipo de promessa - disse o senador.

Eunício disse que não há mais tempo para concluir a reforma ainda em 2017, mesmo que ela chegue ao Senado, uma vez que se trata de uma proposta de emenda constitucional que precisaria passar por dois turnos de votação, com várias etapas de discussão antes de cada um e intervalo de cinco sessões entre eles. Ela também deverá passar pelas comissões temáticas, lembrou.

Além disso, o presidente do Senado afirmou que não pode se antecipar à decisão da Câmara sobre o tema.

- A matéria está na Câmara. Eu não posso pautar uma matéria que não está aqui. Enquanto a Câmara não votar, eu não tenho nem

sequer como pensar em pauta-la, não posso discutir quando ela vai ser ou não votada. Não sei nem se a Câmara vai votar - acrescentou.

Sobre a possibilidade de votar a reforma da Previdência já no início de 2018, em fevereiro, o presidente do Senado disse que ainda não é possível estimar.

Fonte: Agência Senado

QUEREM ENFRAQUECER A LUTA DOS TRABALHADORES



NENHUM DIREITO A MENOS!

FILIE-SE! JUNTOS SOMOS FORTES!



Quase mil emendas propõem mudanças na reforma trabalhista

Boa parte das 967 emendas apresentadas à medida provisória (MP 808/17) que modifica a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) tem o chamado trabalho intermitente como alvo. Deputados da oposição buscam revogar a novidade ou garantir mais direitos ao trabalhador nestes casos.

O trabalho intermitente é aquele que pode ser realizado durante alguns dias e até horas dentro de um mês, sendo remunerado proporcionalmente.

A MP busca garantir o parcelamento das férias em três vezes, auxílio doença, salário maternidade e parte das verbas rescisórias ao trabalhador de jornada intermitente, embora proíba o acesso ao seguro-desemprego.

A medida também determina que tanto o trabalho intermitente quanto a jornada parcial terão contribuição previdenciária proporcional do empregador. Ou seja, para garantir o benefício de um salário mínimo ou mais, o trabalhador terá que cobrir a diferença.

O deputado João Daniel (PT-SE) apresentou emenda para que o empregador garanta uma remuneração mensal equivalente ao piso da categoria em questão ou o salário mínimo, independentemente do contrato. Ele afirma, porém, que as forças políticas são mais fortes para deixar tudo como está ou até flexibilizar mais a legislação.

“Não nos resta outra maneira que não seja contestar, fazer emendas e ir às ruas; enfrentar dentro do Plenário e apoiar as ruas contra a implantação desta reforma. Nós também temos muita fé e muita esperança que a Justiça trabalhista não a reconheça”, disse o deputado.

MENOS ENCARGOS

Empresário, o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR) pretende adicionar pontos novos à reforma como o que estabelece que não incidam encargos trabalhistas sobre os prêmios de mérito e a participação nos lucros pagos ao trabalhador.

Ele ainda quer mudar entendimento da Justiça do



Trabalho sobre quais cargos seriam de confiança dentro de uma empresa. Isso porque quem tem cargo de confiança não tem controle de horário, ou seja, não é necessariamente beneficiado com pagamento de horas extras.

“Então nossa emenda visa, por exemplo, afastar a insegurança jurídica dos cargos de confiança. Há mais cargos de confiança além de diretores e presidentes. Você pode indicar vários gerentes com cargos de confiança e a legislação deixou obscura essa situação”, afirmou Kaefer.

A MP 808 foi negociada com o Congresso para ser editada depois que a reforma trabalhista entrasse em vigor, o que aconteceu no dia 11 de novembro. A ideia era evitar que mudanças feitas no Senado levassem a uma nova votação na Câmara. Foram alterados 17 pontos. Um deles é o que determina que as gestantes serão afastadas de atividade insalubre e exercerão o trabalho em local seguro. O trabalho em locais insalubres somente será permitido quando a gestante, voluntariamente, apresentar atestado médico, autorizando a atividade.

A nova MP será analisada por comissão especial de deputados e senadores.

Fonte: Agência Câmara